

ATA 17

Ao décimo quarto dia do mês de junho de dois mil e dezasseis, reuniu-se pelas 21h, a Assembleia de Freguesia ordinária da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos, nas instalações da Junta, sita à Rua do Campo Alegre, 244.

O Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Almeida Praça, deu início à reunião pelas 21h 38 estando presentes:

- Mário José Machado de Faria e Almeida Praça (RM)
- Cláudia Isabel Vergueiro Fernandes Costa Branco Teixeira (RM)
- Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento Castro (RM)
- Luís Manuel Noura Grabulho (RM)
- Marco Régis LaComblez Leitão (PS)
- Adriana Patrícia Pacheco da Silva (PS)
- Manuel de Jesus Carvalho (PS)
- Gabriela Loureiro Queirós (PSD)
- Maria Dulce Enes Guimarães Flores dos Santos (PSD)
- Luís Filipe Carvalho Pereira Peixoto (PSD);
- Luís Miguel Bonifácio Osório (PSD)
- José Alberto Falcão dos Reis (BE)
- Casimiro António Valente Calisto (CDU)
- Perfeito de Jesus Monteiro (CDU)
- Maria Manuela Nunes Lopes Gonçalves de Brito Amorim (PS)
- Filipa Beleza (RM)

Foram apresentados os seguintes pedidos de substituição:

- Carlos Miguel Ginja Barbosa (RM) – substituído por Luís Manuel Noura Grabulho;
- Susana Salbany Constante Pereira (BE) – substituída por José Alberto Falcão Reis;
- Jorge Raúl da Purificação Rodrigues da Cunha (PS) – substituído por Manuela Amorim;
- Arnaldo Dias de Andrade (RM) – substituído por Filipa Beleza;

Não estiveram presentes e não se fizeram substituir:

- Francisco Eduardo Couto Vasques Carvalho (RM);
- António José Rodrigues Moutinho Cardoso (RM);
- Beatriz Vilarinho Pires Moutinho Cardoso (RM).

Após a confirmação dos membros presentes ficou assim constituída a mesa da Assembleia:

- Presidente – Mário José Machado de Faria e Almeida Praça

- 1º Secretário – Marco Régis LaComblez Leitão
- 2ª Secretário – Ana Luísa Pinto de Sá Nascimento Castro

Presenças associativas:

- Associação de Moradores do Bairro Lordelo do Ouro;
- Associação dos Doentes Renais do Norte de Portugal;

Intervenções antes da ordem do dia:

Não houve inscrições do público e das Associações.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: para comunicar uma informação da Associação de Moradores da Zona do Campo Alegre, a convidar todos os deputados para uma sardinhada de S. João no dia 18 de junho de 2016, nas suas instalações.

Pela CDU foi apresentado uma recomendação e um requerimento. De seguida, passou a ler o requerimento apresentado pela CDU “Conferência de Representantes dos Grupos Políticos da Freguesia”. Ficou de marcar o mais urgente possível, a referida reunião.

Casimiro Calisto, CDU: apresentou a recomendação da CDU “Em defesa da Escola Secundária Infante D. Henrique”.

José Reis, BE: felicitar a CDU por esta recomendação e que o BE está de acordo com o que foi dito, pois é uma escola com tradição, que não é apenas um património da freguesia, mas também da cidade, pois possui condições para voltar a ser uma escola profissional. O executivo deveria solicitar uma audiência a DREN, ou ao Ministro para apresentar a questão da Escola Infante D. Henrique.

Cláudia Teixeira, RM: a bancada do RM entende que se deve aprovar a recomendação apresentada pela CDU e penso que foi já aprovada em Assembleia Municipal a defesa da Escola Infante D. Henrique.

Manuel Carvalho, PS: a bancada do PS está de acordo com esta recomendação e acham que era importante a Sra Presidente, quer junto da Câmara Municipal do Porto, quer junto do Ministério da Educação, deva tentar evitar que haja mais cortes nesta Escola tão importante da Freguesia.

Casimiro Calisto, CDU: esta recomendação está ligada a minha pessoa, pois fui aluno na Escola Infante D. Henrique, sendo do tempo dos cursos de formação e nessa altura havia uma panóplia muito grande de cursos. É uma escola com décadas e há todo o interesse em que esta assembleia de freguesia, se pronuncie sobre algo que é património da Cidade e da nossa zona geográfica.

Colocada a votação a recomendação da CDU "Em defesa da Escola Secundária Infante D. Henrique":

Aprovada por maioria (15 votos – 4 PS, 2 CDU, 1 BE, 3 PSD, 5 RM).

Na altura da votação encontrava-se ausente da sala o Membro da Assembleia da Freguesia, Filipe Peixoto (PSD).

Perfeito Monteiro, CDU: a coligação RM, com CDS, com o PS e o apoio do PSD, decidiram proceder a privatização do estacionamento da via pública, na Cidade do Porto, em zonas de estacionamento de duração limitada, incluindo a respectiva fiscalização. Na expansão para a colocação de mais parómetros, serão colocados em ruas que até agora o estacionamento não era pago e em zonas residenciais. Dos pareceres da DECO, da CCDR-N, da Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária e do Ministério da Administração Interna, estes dois últimos organismos declararam nulas todas as contra-ordenações emitidas. Achamos estranho a indiferença da Junta de Freguesia, quando milhares de residentes vão ser afectados no seu orçamento e na sua vida quotidiana e tentasse intervir, minimizando os efeitos desta privatização.

Manuela Amorim, PS: gostaria de obter uma informação a uma pergunta que me foi colocada por uma pessoa, que estava na disposição de exercer uma função a nível de voluntariado e se a Junta aceitaria.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: em relação ao voluntariado, compreendemos que exista pessoas que se disponham do seu tempo. Mas estas questões não são simples e todos os casos devem ser analisados, porque quando a Junta de Freguesia estabelece um contrato de trabalho com alguém para prestar um serviço, que vincula a Junta a um pagamento e as pessoas a determinadas obrigações (horários...). Um voluntário não tem esse vínculo e a partir do momento em que passa a exercer esse voluntariado em nome da Instituição, passa a representá-la.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: em relação às questões do voluntariado no Estado, obrigam a certas exigências, como o seguro. Pergunto se esse voluntariado não poderia ser direccionado para alguma associação da Freguesia.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: existem muitas Instituições, a nível de idosos e sem abrigo que possuem lista de espera para voluntariado, devido às regras apertadas e nem sempre o voluntariado é gratuito, pois por norma terá de haver a realização de um seguro.

Casimiro Calisto, CDU: na última assembleia foi levantada a questão da assembleia se pronunciar sobre a zona de expansão da concessionária. Na Câmara e na Assembleia de Municipal foi aceite que haja uma consulta aos executivos das Juntas. Se for consultado o mapa da expansão, toda a marginal da União de Freguesias é uma zona de possível expansão. Massarelos é uma área coberta por essa eventual expansão e quanto a Lordelo, só a zona da Pasteleira e da Marechal são as únicas em branco. Quanto a informação trimestral deveria constar, caso a Câmara deseje expandir para alguma artéria da nossa freguesia, que a Junta tivesse sido consultada para a colocação dos parómetros.

José Reis, BE: quanto ao estacionamento no Porto é claramente excessivo e o estacionamento pago, é uma forma de aumentar a rotação dos lugares disponíveis e

de dissuadir as pessoas de trazerem os automóveis para a cidade. No Porto temos estacionamento pago das 8h da manhã às 8h da noite, o que penaliza os moradores. O estacionamento pago e os parómetros são objectivos da ordenação do trânsito e da mobilidade e não tem objectivos de serem fontes de financiamento. O estacionamento não devia ser transformado num negócio, pois o espaço é público, não é da Câmara. Os moradores pagam os seus impostos, o IMI e este deveria dar direito a alguma coisa. A passividade das autoridades municipais, sobre o estacionamento a par, prejudicando o trânsito, a economia, não é um problema, mas estacionar um carro às 8h 30 da manhã numa rua onde não está nenhum carro, gera um problema e é rebocado. O debate sobre o estacionamento deve ser profundo para se ter noção que o trânsito das cidades deve ser regulado, mas o estacionamento não pode ser um negócio.

Presidente da Junta, Sofia Maia: em complemento ao que foi dito pelo Tesoureiro, Carlos Velez, em relação ao voluntariado esclareço que é possível fazer-se um contrato e esse contrato tem direitos e deveres. O voluntariado são situações muito específicas, principalmente para trabalhar com crianças e idosos e a esses voluntários devem ter um seguro e devem ser analisados. Eng. Calisto, em relação a Câmara Municipal houve várias reuniões com a Eng^a. Cristina Pimentel, em relação ao estacionamento de Lordelo do Ouro e Massarelos e não existe nenhum parómetro novo nesta freguesia. Uma das situações é a marginal junto ao Fluvial e ao Estaleiro do Ouro, que está a ser requalificada e foi comunicado a Sra Vereadora que não fazia sentido estarmos a requalificar e ter parómetros e penso que aceitou.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: vamos dar inicio a ordem do dia composta por três pontos:

- Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia (20 de abril de 2016);
- Apreciação e votação da 1ª Revisão Orçamental para o ano de 2016;
- Boletim Informativo de abril, maio e junho;

Período da Ordem do Dia:

Ponto 1 – Aprovação da ata da Assembleia de Freguesia (20 de abril de 2016);

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): em relação a convocatória no segundo ponto, talvez por lapso, está escrito aprovação e votação da 1ª revisão e deveria ser apreciação e votação. Em relação a aprovação da ata de 20 de abril, estou de acordo que haja uma minuta e é importante que da parte da mesa ou de quem elabora, haja algum cuidado. Gostaria de saber se as nossas sugestões são aceites, ou se existe desconsideração pelas nossas intervenções. A assembleia de Freguesia foi a 20 de abril e só a 6 de maio recebemos a gravação áudio e vinte e sete dias de depois, recebemos a primeira versão. Esta versão foi contestada por alguns Membros da Assembleia, Vasques de Carvalho, Marco Lacomblez, Jorge Purificação (não esteve

presente na sessão de 20 de abril de 2016, mas achava que devia aparecer toda a intervenção do Membro do PS, Manuel Carvalho) e não foram contemplados. Devido a todas estas convulsões nesta Assembleia, acho que as atas deviam ser transcritas na íntegra para todos ficarem salvaguardados. Foi pedido na última assembleia, um relatório sobre as competências, pedido feito a 20 de abril e só recebemos a resposta 23 dias depois e sugeri que se devia dar conhecimento a todos os membros da assembleia, tendo o feito, mas acho que deveria de ser a mesa a fazê-lo. Vamos votar contra a ata, porque achamos que algo deve ser assinado na defesa da verdade.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: em relação aos seus comentários, agradeço qualquer correcção que possa existir nas atas e essa chamada de atenção foi corrigida e normalmente o Sr. Eng. Calisto contribuí nas atas, pede para fazer alterações e sempre foram aceites sem qualquer reparo. As atas são feitas pelos serviços, trabalharam com vários membros que aqui estão presentes nesta assembleia, que nunca foram questionados e não vou ser eu a fazê-lo, pois são pessoas de confiança e estão aqui para servir bem e o melhor possível. As atas são enviadas para todos os Deputados para serem corrigidas e tem sido aceite todas as correcções, desde que não deturpem aquilo que se passou na Assembleia e tem sido feitas todas essas alterações e é feita novamente a ata, devidamente corrigida com esses pedidos de alterações. Em relação as atas serem transcritas na íntegra, os áudios são enviados e são uma prova daquilo que se passou na assembleia e não há intenção de quem elabora as atas, ou a mesa, de tentar deturpar, portanto a mesa entende que não há necessidade de fazê-las na íntegra. Quanto ao email que enviei, se o Sr. Eng. achou que devia dar conhecimento do documento solicitado ao executivo aos outros membros, nada a opor, o documento é público.

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): a CDU não está a atacar quem trabalha nesta casa, mas sabemos que há mais pessoas envolvidas e a mesa tem a responsabilidade de não deixar passar atas com erros. Em relação a liberdade de acrescentar o que se ouve nas gravações, na última assembleia o Dr. Mário Praça entendeu que algo que foi colocado por nós, não deveria estar e foi retirado. Em relação ao requerimento/mail sobre o pedido de divulgação (foi lido, consta da gravação) é transparente e estamos de boa fé e foi lido um email (consta da gravação) com a resposta do Presidente da Mesa ao Membro da Assembleia de Freguesia, Eng. Calisto.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: como foi dito pelo Sr. que iria fazer a divulgação, ficou essa ideia. Em relação as alterações nas atas, cada deputado deve-se pronunciar sobre aquilo que falou na assembleia e quem não está presente não o deve fazer e por as palavras nos outros deputados.

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): a sua opinião é errada, dado que eu me pronunciei sobre uma assembleia que estive presente.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: não disse que tinha sido o Sr. Engenheiro.

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): o nosso problema sobre a ata é a sua entrada em que se iria pronunciar não como Presidente da Assembleia.

Membro da Assembleia, Perfeito Monteiro (CDU): em relação as atas, é um problema antigo, que existe m caso todos os sítios e aqui em particular. Quando se reclama aquilo que está ou não está numa ata, a responsabilidade é do funcionário, mas a responsabilidade é sua Sr. Presidente e dos seus secretários.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: não disse isso, não disse isso.

Membro da Assembleia, Perfeito Monteiro (CDU): disse-o por outras palavras, enalteceu os funcionários que de facto merecem todo o nosso respeito, porque são elas que de facto fazem esse tipo de trabalho, mas com a sua supervisão e dos seus secretários. Dado que atas são transcritas na íntegra, deve constar todas intervenções dos membros e tem de se transcrever tudo o que está na gravação. Votarei contra.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: agradeço-lhe e foi um dos motivos que levou a discussão da última ata, terem posto uma palavras, mas não fomos nós que lançamos isso. Devo dizer-lhe que as atas referem de forma resumida o que substancialmente tenha ocorrido numa sessão ou reunião, seja relevante para o conhecimento ou apreciação das posições tomadas.

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): gostava de saber se as pessoas presentes estão com a intenção de pugnar pela verdade ou de levar a sua verdade para a frente.

Foi colocada a votação a Ata de 20 de abril de 2016:

Contra – 2 (CDU); Abstenções – 5 (4 PSD, 1 BE); Favor - 9 (5 RM, 4 PS)

Ponto 2 - Aprovação e votação da 1ª Revisão Orçamental para 2016;

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): em relação a este ponto fiquei surpreendido pelos valores que foram alterados, reforço no valor de cento e vinte e nove mil euros nas receitas e que não é descrito donde vem. Em relação às despesas, na última assembleia de freguesia, onde se aprovou as contas de 2015, levantei uma questão sobre as dotações corrigidas e não foi respondido. Valor da ADSE que inicialmente, eram trinta mil euros e passou como dotação corrigida para vinte e cinco mil e gostaria de uma explicação.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: contava fazer a apresentação deste ponto e depois dar as respostas, mas vou explicar o motivo. Em 2014 esta União de Freguesia foi informada pela segurança social da intenção de terminar com os acordos celebrados com esta Autarquia. Após várias reuniões, ficou acordado com a segurança social que a gestão dos Centros de Dia da Arrábida, do Convivo de Massarelos e a Creche (até julho deste ano), passariam para a Adilo. Em dezembro de 2015 formalmente o centro Distrital, que tinham sido devidamente outorgados pelos respectivos órgãos, os protocolos de gestão celebrados entre a União de Freguesias de

Lordelo do Ouro e Massarelos e a Adilo e neste mesmo mês forma realizadas diversas reuniões com os serviços da segurança social e a Adilo para discussão de ordens técnicas e os quais deveriam entrar em vigor em janeiro de 2016. Entretanto a Segurança Social informou que esses acordos e na medida que a Adilo não tem os estatutos de Instituição Particular de Solidariedade Social, teriam de ser homologados pela Secretaria de Estado da segurança social, o qual foi enviado em dezembro e deveríamos aguardar e até ao momento ainda não foi comunicado qualquer decisão. E por este motivo somos obrigados a realizar esta revisão orçamental para tornar ilegíveis as despesas afetas a estes equipamentos. Precisamos de mais dotação na despesa para pagamento da ADSE, para continuar a reduzir o passivo.

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): estes atrasos nos protocolos geraram esta revisão orçamental substancial. Em relação a certos pormenores não coloco em causa a integridade e o perfeccionismo, mas por vezes somos surpreendidos e se há alguma preocupação com o rigor, esta modificação na despesa em certas rubricas deviam vir a assembleia e não tem aparecido.

Tesoureiro da Junta, Carlos Velez: o que é da competência da assembleia de freguesia é a revisão orçamental e as pequenas alterações às rubricas são aprovadas em reunião de executivo, consta das atas, da contabilidade e é manifesto na prestação de contas, portanto nada é escondido.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: colocou a votação o pnto dois da ordem de trabalhos.

Foi colocada a votação a 1ª revisão orçamental para 2016:

Abstenções – 3 (2 CDU, 1 BE); Favor – 13 (5 RM, 4 PSD, 4 PS)

Ponto 3 – Boletim Informativo de abril, maio e junho;

Membro da Assembleia, Casimiro Calisto (CDU): pelo momento que se está a viver, eu queria aplaudir uma iniciativa aqui realizada no dia 25 de maio – “Para Lá de Bagdad”, que tem a ver com o multiculturalismo, cada vez mais importante preservamos a tolerância, a forma diferente de pensar: Fomos informados a uma segunda-feira e o evento foi numa quarta, avisados com mais antecedência, teria sido mais participado e agradeço a possibilidade de avisarem com mais antecedência.

Membro da Assembleia, José Reis (BE): em tempos já me pronunciei sobre os boletins informativos e enquanto jornal de freguesia são razoáveis, pois dá a conhecer aquilo que se vai fazendo na freguesia. Porque este boletim não tem apenas aquilo que a Junta faz, mas também um conjunto de iniciativas festivas na freguesia por outras instituições. No entanto, penso que esta assembleia além do boletim informativo devia ter um anexo mais consistente, pois continuamos a não saber aquilo que é feito. Nos atos públicos não está mencionado quem foi e o que foram tratar, isso é informação relevante. Em relação ao fundo de emergência, existem valores

importantes e gostaria que os mesmos fossem trabalhados até ao final do ano, de forma mais detalhada porque o que existe é acção social, um fundo de emergência que é reativa, as pessoas aparecem e recebem um apoio e devemos ter uma acção social mais preventiva e proactiva e portanto a necessidade de ter detalhes mais qualitativos. No gabinete de mediação, temos a quantidade de atendimentos, mas não sabemos qual foi o tema da mediação e no gabinete de psicologia é o mesmo. No apoio atribuído a Confraria das Almas do Corpo santo de Massarelos e sendo uma pessoa estimada nesta casa, merece o apoio, mas qual foi o objectivo do mesmo.

Presidente da Junta, Sofia Maia: a participação em atos públicos posso solicitar aos serviços para os discriminar e para nós é uma mais-valia, pois é sinal que o executivo vai aos sítios e resolver as situações. Quanto ao fundo social de emergência, os pedidos são analisados pelas assistentes Sociais, alguns são encaminhados pela segurança social, da Adilo e são levados ao executivo para serem aprovados. Se deseja um relatório, no final do ano o faremos, com o que foi gasto em medicação, para a água, luz, etc. Colocar em causa algo que as nossas assistentes Sociais, analisam muito bem. Em relação a Confraria das Almas do Corpo santo de Massarelos, temos de distinguir duas coisas, uma é uma associação, outra coisa é uma pessoa. A Confraria das Almas do Corpo Santo apresentou-nos uma fatura, contra fatura, do restauro de algumas peças da igreja do Corpo Santo e se a direcção que está lá e tiver tudo conforme é exigido pela Junta de Freguesia, não podemos fazer discriminações.

Membro da Assembleia, José Reis (BE): não foi colocado em causa os problemas sociais, mas sim informação qualitativa sobre o tipo de apoios que é dado. No final do ano estatisticamente quanto foi gasto em apoio médico, quanto na EDP e noutras situações e não coloquei em causa os critérios das pessoas que trabalham. Em relação a Confraria, não sei se uma coisa são as pessoas ou as instituições e nalguns casos não são, aqui a justificação não é protocolo, o subsídio foi dado para o restauro de uma peça e é isso que deve estar mencionado.

Presidente da Assembleia de Freguesia, Mário Praça: a passou a ler a minuta da ata.

Por fim, e não havendo mais nada a tratar, o Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia deu por encerrada a sessão e lavrada a presente ata (que se encontra na integra na gravação, disponível nos serviços da Secretaria da Junta) que depois de lida e aprovada vai ser assinada pela mesa da Assembleia de Freguesia da União das Freguesias de Lordelo do Ouro e Massarelos.

Mário José M. da S. de Sousa e Almeida - P. 20

António Luís Pinto S. Carbe

[Assinatura]